



AVISO DE PRIVACIDADE EXTERNO

1. Apresentação

Como qualquer organização, a FLUMAR tem o dever de cumprir a legislação sobre tratamento de Dados Pessoais e adotar boas práticas recomendáveis.

Nesse sentido, a FLUMAR e sua liderança estamos fortemente comprometidas em garantir a privacidade daqueles que nos confiam seus Dados e a proteção razoável desses Dados enquanto os estivermos tratando.

Em razão disso, criamos este **Aviso** para informar aos Titulares sobre como a FLUMAR trata Dados Pessoais e para lhes oferecer uma visão transparente de nossas práticas relacionadas.

Este **Aviso** de Privacidade Externo descreve como tratamos Dados Pessoais em conformidade com a legislação de proteção de Dados brasileira e outras normas aplicáveis.

É muito importante a leitura e compreensão deste **Aviso** do início ao fim, e de qualquer outra política ou aviso que possamos aplicar em ocasiões específicas, de forma que todos estejam cientes de como e por que precisamos tratar Dados Pessoais.

Ao longo deste documento vamos nos referir à Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD, e isso significa a Lei nº 13.709/18, e, para os efeitos deste **Aviso**, em determinados casos a FLUMAR é a Controladora dos Dados Pessoais que tratamos, a menos que indicado de outra forma.

Este documento é vinculado à nossa Política de Dados Pessoais, aprovada e divulgada pela FLUMAR, disponível [aqui](#). Recomendamos a leitura dessa Política para melhor entendimento de nossos princípios e diretrizes pertinentes ao tratamento de Dados Pessoais.

2. Alcance e Aplicação

Este **Aviso** alcança *exclusivamente* os terceiros externos à FLUMAR que, em função de relações negociais, comerciais, financeiras ou empresariais legítimas com a FLUMAR, precisam ter seus Dados Pessoais tratados por nossa Empresa.

Isso compreende todos aqueles terceiros em suas relações legítimas com a FLUMAR.

Portanto, este **Aviso não** alcança nossos Colaboradores, incluindo administradores, diretores, executivos, investidores, ocupantes de cargos de gestão ou confiança, empregados, contratados, terceirizados, *trainees* e estagiários, uma vez que as diretrizes sobre o tratamento de seus Dados estão incluídas em nosso Aviso de Privacidade Interno.

O presente **Aviso** se aplica *exclusivamente* aos Dados Pessoais que tratamos no âmbito de nossas relações com terceiros externos à FLUMAR, e apenas nas interações que exijam que tratemos aqueles Dados.

Isso pode incluir o desempenho de atividades, execução de serviços, cumprimento de obrigações legais e regulatórias, atendimento de interesses legítimos e adoção de medidas que permitam estreitar relações com clientes, parceiros e o mercado em geral.

Este **Aviso**, todavia, **não** se aplica a Dados de pessoas jurídicas, como CNPJ, Inscrição Estadual, endereço e ramo de atividade.

3. Dados Pessoais

Para os propósitos deste **Aviso**, Dado, Dados, Dado Pessoal e Dados Pessoais significam qualquer elemento, registro ou referência que identifique ou possa identificar uma pessoa física.

No contexto de nossas relações com terceiros, podemos tratar algumas categorias de Dados Pessoais comuns, entre elas:



- Certificações técnicas e profissionais e formação profissional;
- Data e local de nascimento;
- Endereço, telefones e correio eletrônico (email);
- Endereço IP, redes sociais e páginas visitadas;
- Estado civil e gênero;
- Fotografias e outras imagens;
- Identificadores bancários;
- Identificadores numéricos (exs.: CPF, RG, CNH, PIS, CTPS e Título de Eleitor);
- Identificadores sociais;
- Nome, nacionalidade e naturalidade;
- Referências de outros contratantes;
- Registros e outros Dados coletados de fontes públicas;
- Registros e outros Dados Pessoais de diferentes categorias.

Pode ser que, em algumas circunstâncias muito específicas, também tenhamos que tratar Dados sensíveis, que podem incluir:



- Biometria;
- Crenças religiosas e orientação sexual;
- Filiação sindical, filosófica ou política;
- Identificadores genéticos;
- Raça ou etnia;
- Saúde, incluindo condição médica, exames, cirurgias e registro de doenças.

4. Coletando Dados Pessoais

Em geral, coletamos Dados Pessoais de variados modos e em diferentes fontes, tais como:

- Agências e especialistas;
- Bancos de Dados públicos;
- Cadastros;
- Contratos e outros documentos negociais, comerciais, financeiros ou empresariais;
- Controlador original;
- Diretamente do Titular;
- Fontes abertas;
- Formação de Base de parceiros, fornecedores ou prestadores;
- Outros Controladores;
- Verificadores de antecedentes e de referências de crédito.

Podemos coletar Dados Pessoais em diversas circunstâncias, inclusive durante qualquer das atividades relacionadas à interação que terceiros têm com a FLUMAR, ou de acordo com a duração de seu contrato ou de um acordo comercial conosco.

5. Tratando Dados Pessoais

5.1. Finalidade

Quando tratamos Dados Pessoais, sempre procuramos ter uma Finalidade específica e legítima.

A Finalidade é uma exigência da LGPD (art. 6º, I).

Nós só tratamos Dados para a Finalidade estabelecida, a menos que consideremos que precisamos utilizá-los por outra razão compatível com a Finalidade original.

Note que, em certos casos, a legislação ou o contexto pode permitir que tratemos Dados sem um conhecimento ou Consentimento formal, onde isso for exigido ou possível. Mesmo assim, esses Dados são tratados sob estritos protocolos de segurança e confiabilidade.

A Finalidade de um tratamento pode variar, mas geralmente compreende:

- Atender a interesses legítimos;
- Cumprir nossas obrigações como contratante ou contratada;
- Cumprir uma obrigação legal, contratual ou regulatória;
- Executar um contrato que temos com você;
- Garantir gestão eficaz dos negócios;
- Manter e promover transparência em negócios;
- Manter registros e Dados de contato precisos e atualizados;
- Obter assessoria em saúde ocupacional, inclusive quanto a deveres sobre pessoas com deficiência e em condição previdenciária especial;
- Operar e manter registro do desempenho de processos relacionados ao pessoal terceiro externo;
- Operar e manter registro de procedimentos de gestão de contratos e outros instrumentos negociais, comerciais, financeiros ou empresariais;
- Operar e manter registro de processos de governança e conformidade de fornecedores de bens e serviços;
- Responder e ter defesa contra litígios legais e judiciais.



5.2. Base Legal

Em cada tratamento de Dados Pessoais a LGPD exige uma Base Legal. Nós aplicamos somente Bases legais autorizadas pela LGPD (arts. 7º e 11). Mas a Base Legal que utilizamos também pode variar conforme a categoria dos Dados e a Finalidade de cada tratamento.

Nós podemos tratar Dados comuns e Dados sensíveis, sempre com máxima cautela e responsabilidade, sem avançar nossos limites, como Controlador, contratante ou contratada.

As Bases legais autorizadas pela LGPD são (no caso de pessoas jurídicas privadas):

a) Para Dados Pessoais comuns (não sensíveis):



- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Execução de contrato (ou procedimentos preliminares);
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Proteção da vida ou da incolumidade física do Titular ou de terceiro;
- Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Atendimento de interesses legítimos do Controlador ou de terceiro;
- Consentimento;

b) Para Dados Pessoais sensíveis:



- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
- Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- Proteção da vida ou da incolumidade física do Titular ou de terceiro;
- Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- Garantia da prevenção à fraude e à segurança do Titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos;
- Consentimento do Titular.

5.3. Consentimento

Em regra, a legislação não exige que demandemos Consentimento (o "Consentimento") para tratar Dados Pessoais, inclusive os Sensíveis, especialmente naqueles casos em que um Consentimento não é exigido pela legislação.

Isso inclui, por exemplo, o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, ou o exercício de medidas no campo trabalhista ou previdenciário.

Mas, em circunstâncias limitadas, podemos abordá-lo para, conforme o caso, obter seu Consentimento, por escrito, para que possamos tratar determinados Dados Pessoais seus, como certas categorias de maior sensibilidade.

Nesse caso, vamos dar a você detalhes dos Dados Pessoais que precisamos tratar e da Finalidade para a qual nós teremos de tratá-los, de modo que você possa considerar cuidadosamente se deseja consentir.

Em algumas situações, podemos tratar Dados Pessoais de domínio público, ou disponibilizados por você, ou de livre consulta. Não demandamos seu Consentimento nessas hipóteses, mas tomaremos medidas razoáveis para tratar os Dados em conformidade com a legislação brasileira de proteção de Dados Pessoais.

5.4. Compartilhamento e Transferência

Em alguns casos talvez precisemos compartilhar Dados Pessoais com terceiros, como provedores de serviço, processadores, outros contratantes ou contratados, fornecedores e empresas vinculadas à FLUMAR, inclusive as que integram o mesmo grupo ou que participem da FLUMAR.

Mas exigimos que os terceiros declarem que:

- Têm políticas de privacidade com grau de proteção similar ao de nossas políticas
- Irão tratar os Dados compartilhados sob nossas instruções ou adotarão as políticas de proteção que temos em vigor

Podemos compartilhar Dados especialmente nos casos de:



- Ordem judicial ou determinação de agente regulador;
- Para administrar uma relação negocial, comercial, financeira ou empresarial conosco
- Para aprimorar nossos controles e registros, inclusive de privacidade;
- Para cumprir a legislação, uma decisão ou uma ordem judicial ou administrativa, ou quando acreditarmos ser necessário para atender a requisições legais;
- Para cumprir obrigações trabalhistas, previdenciais, fiscais e tributárias, entre outras;
- Para viabilizar a defesa de nossos direitos ou prerrogativas;
- Quando necessário em razão de um contrato que temos;
- Se exigido pela legislação ou por um regulamento, inclusive regulatório;
- Se não houver proibição específica de compartilhamento;
- Se houver uma permissão em vigor.

Como regra, o tratamento de Dados Pessoais ocorre no Brasil, mas pode ser que, em certas circunstâncias, precisemos transferir esses Dados a outros países. No entanto, tomaremos medidas razoáveis para que a transferência ocorra conforme a LGPD e os regulamentos da ANPD. De toda forma, a transferência internacional depende de o país receptor demonstrar grau de proteção similar ao estabelecido pela LGPD ou de autorização da ANPD.

Também podemos realizar, a qualquer momento, uma Avaliação de Conformidade em um Operador que atua sobre nossas diretrizes e orientações para saber se ele está seguindo os processos e instruções por nós estabelecidos.

5.5. Retenção

Só retemos Dados Pessoais pelo tempo necessário para cumprir a Finalidade para a qual foram coletados, o que inclui o cumprimento de obrigações legais, negociais, institucionais, regulatórias, contratuais, contábeis, de governança e de conformidade.

Em condições normais, evitamos reter Dados Pessoais além do tempo estritamente essencial, mas pode ser que, em alguns casos, precisemos manter esses Dados por um período adicional. Isso pode ocorrer, por exemplo, no caso de cumprimento ou demonstração de cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais ou em respeito a prazos prescricionais previstos na legislação ou em regulamentos.

Quanto ao estabelecimento do período de retenção adequado para Dados Pessoais, nós consideramos, além dos critérios legais, a quantidade, natureza e sensibilidade dos Dados, o risco potencial de danos pela utilização ou divulgação não autorizados desses Dados e a Finalidade para qual os tratamos.

Implementamos medidas técnicas e administrativas de segurança razoáveis e apropriadas para que os Dados Pessoais sejam retidos de forma adequada e responsável.

Outros detalhes sobre as práticas de retenção de Dados Pessoais de nossa Empresa estão em nossa Política de Dados Pessoais, que pode ser consultada [aqui](#).

5.6. Segurança

Implementamos medidas técnicas e administrativas de **segurança** razoáveis e apropriadas para evitar que Dados Pessoais sejam perdidos, indevidamente utilizados, acessados acidentalmente de maneira não autorizada, alterados ou divulgados.

Estas ações têm como objetivo garantir o tratamento adequado e lícito dos Dados Pessoais, à luz das regras aplicáveis à proteção e à segurança de Dados.

Além desses esforços técnicos, a FLUMAR adota medidas institucionais visando à proteção de Dados Pessoais, de maneira que mantém um programa de governança em privacidade aplicado às suas atividades e estrutura constantemente atualizado.

Além disso, limitamos o acesso aos Dados apenas a colaboradores da FLUMAR que precisam acessá-los em razão de seu cargo ou função. Por isso, somente eles estão aptos a tratar esses Dados, e ainda assim sob dever expresso de confidencialidade e conforme nossas instruções.

Aqueles que utilizarem indevidamente Dados Pessoais, em violação de nossas políticas internas, ficam sujeitos a sanções administrativas, disciplinares e legais.

Entretanto, não podemos assegurar que nossas medidas sempre funcionem, ou que sempre funcionem como esperado ou pretendido, especialmente em quadros excepcionais ou decorrentes de ataques externos fora de nosso controle, imprevisíveis ou inesperados. Nesses casos, tomaremos as medidas razoáveis ao nosso alcance, segundo o estado da técnica no momento do evento, e faremos as comunicações exigidas pela LGPD, inclusive aos Titulares dos Dados e à ANPD.

Temos procedimentos atualizados para lidar com incidentes de segurança de Dados Pessoais, e notificaremos o Titular e o regulador aplicável sobre um incidente no local em que somos legalmente obrigados a fazê-lo.

Registramos, porém, que não podemos ser responsabilizados por qualquer outro canal que possa ser acessado ou utilizado a partir dos nossos canais, uma vez que não há nenhum vínculo entre tais endereços ou meios de acesso.

5.7. Direitos e Deveres

Quando Dados Pessoais são compartilhados conosco, ou quando os tratamos, o Titular tem **direitos e deveres** estabelecidos pela legislação.

Um Titular tem direito de:

- Confirmar a existência de um tratamento;
- Entrar em contato conosco a qualquer momento;
- Obter portabilidade dos Dados para outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requerimento;
- Obter esclarecimentos sobre as organizações com as quais seus Dados foram compartilhados;
- Pedir correção de Dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Pedir eliminação de Dados Pessoais tratados via Consentimento;
- Pedir anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD;
- Revogar um Consentimento;
- Ser esclarecido sobre a possibilidade de negar Consentimento para tratamento de seus Dados e das consequências dessa negativa;
- Ter acesso aos Dados e obter cópia deles.



Titular e Controlador Original também têm deveres, como o de transparência, de respeito às políticas e de colaborar para manter um bom nível de segurança no tratamento de Dados.

Em benefício do próprio Titular, é importante que os Dados Pessoais sobre ele sejam precisos e atualizados. Por isso, Titular e Controlador Original devem manter esses Dados atualizados e solicitar qualquer ajuste ou correção necessária.

Se os Dados forem alterados durante sua relação com nossa Empresa, inclusive enquanto durar um contrato ou acordo comercial, o Titular ou você deve nos informar sobre os ajustes que precisaremos fazer.

Se o Titular quiser exercer um de seus direitos, é recomendável que o faça por escrito, para que evidências materiais de seu pedido fiquem registrados e possam ser rastreados.

Qualquer requisição à FLUMAR pode ser encaminhada para dpo@flumar.com.br.

6. Disposições Finais

Podemos atualizar ou alterar o presente **Aviso** a qualquer momento, inclusive se a legislação brasileira mudar, mas sempre publicaremos outra versão dele se fizermos atualizações ou alterações substanciais.

Sempre que necessário, podem ser editadas normas corporativas complementares para auxiliar o bom cumprimento deste **Aviso**.

Este **Aviso** é redigido em Português do Brasil, mas admite traduções para outros idiomas. Em todo caso, o idioma que prevalece é o Português do Brasil, considerando-se os demais apenas como referência linguística.

Qualquer referência feita neste **Aviso** a uma cláusula, item ou anexo deve ser entendida como menção a cláusula, item ou anexo do próprio **Aviso**, salvo expressa previsão em contrário.

O significado atribuído a cada termo ou expressão definido no item **7** deve ser igualmente aplicável nas formas singular e plural desse termo ou expressão, e as palavras indicativas de gênero incluem ambos os gêneros (feminino e masculino).

Os termos “incluir”, “inclui”, “inclusive” ou “incluindo”, empregados neste **Aviso**, devem ser interpretados como sendo sucedidos pela expressão “sem limitação”.

Toda referência a leis, decretos e outros normativos pressupõe o texto da lei, decreto ou normativo em vigor no momento e toda a legislação complementar relacionada.

Em caso de divergência sobre a definição de termos ou expressão entre este **Aviso** e nossa Política de Dados Pessoais, essa última sempre prevalece.

Para dúvidas sobre este **Aviso** ou sobre como lidamos com Dados Pessoais, entre em contato conosco em dpo@flumar.com.br.

Além disso, qualquer Titular dos Dados sempre tem direito de fazer uma reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), acessando este endereço eletrônico: https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco https://www.gov.br/anpd/pt-br/canais_atendimento/fale-conosco.

7. Definições

- *Agente de Tratamento*: Controlador ou Operador;
 - *Anonimização*: utilização de meios técnicos, razoáveis e disponíveis no momento do Tratamento, por meio dos quais um Dado Pessoal perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo natural;
 - *ANPD*: Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
 - *Aviso*: este **Aviso de Privacidade Externo**;
 - *Base Legal*: qualquer uma das hipóteses em que o Tratamento de Dados Pessoais é permitido pela Lei Geral de Proteção de Dados;
 - *Colaborador*: qualquer indivíduo que mantenha um contrato de emprego ou de trabalho com a FLUMAR, inclusive administradores, diretores, executivos, investidores, sócios, consultores, assessores, auditores, clientes, parceiros, ocupantes de cargos de gestão ou confiança, empregados, contratados, terceirizados, trainees, estagiários, fornecedores e prestadores;
 - *Consentimento*: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o Tratamento de seus Dados Pessoais para uma Finalidade;
 - *Controlador*: pessoa física ou jurídica a quem compete tomar as decisões sobre o Tratamento de Dados Pessoais;
 - *Controlador Original*: aquele que compartilha Dados Pessoais com outro Controlador no contexto de um relacionamento entre ambos;
 - *Dado Pessoal*: elemento, registro ou referência que identifica ou permite identificar uma pessoa física;
 - *Dado Pessoal Comum*: elemento, registro ou referência geralmente comum à maior parte das pessoas, como nome, endereço, CPF, passaporte, filiação, profissão, email, telefone, local de trabalho, naturalidade, CNH, idade, nacionalidade e similares;
 - *Dado Pessoal Sensível*: elemento, registro ou referência sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, referente à saúde ou à vida sexual, à genética ou à biometria;
 - *DPO (Data Protection Officer)*: o Encarregado de Dados;
 - *Eliminação*: exclusão de dado ou de conjunto de Dados armazenados em banco de Dados, independentemente do procedimento empregado;
 - *Empresa*: a FLUMAR;
 - *Encarregado de Dados*: pessoa nomeada pelo Controlador de Dados Pessoais para atuar como canal entre ele próprio, o Titular dos Dados Pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
 - *Finalidade*: objetivo ou propósito mediante o qual os Dados Pessoais são tratados;
-

- *Incidente de segurança*: qualquer evento adverso confirmado que implique violação da segurança de Dados Pessoais – acesso ou divulgação não autorizada, acidental ou ilícita, com destruição, perda, alteração, vazamento, ou tratamento inadequado ou ilícito – e que possa ocasionar risco ou dano relevante ao Titular; *Informação*: conjunto organizado de Dados que tem sentido próprio, conteúdo específico e Finalidade prática;
 - *LGPD*: Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18);
 - *Operador*: pessoa física ou jurídica que faz Tratamento de Dados Pessoais sob ordens ou instruções de um Controlador;
 - *Titular*: pessoa física a quem os Dados pertencem ou se referem;
 - *Tratamento*: operação com Dados Pessoais, como coleta, avaliação, produção, utilização, recepção, classificação, eliminação, reprodução, transmissão, acesso, distribuição, controle, processamento, arquivamento, armazenamento, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
-